



ISSN:1984-2295

Revista Brasileira de Geografia Física

Homepage: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/rbgf>



A Pesca Artesanal e o Planejamento Espacial Marinho: Perspectivas para as Praias de Taíba e Pecém, Ceará

Maria Bonfim Casemiro¹, José Lucas Marques Albuquerque², Cristiano da Silva Rocha³, Otávio Augusto de Oliveira Lima Barra⁴, Fábio de Oliveira Matos⁵, Fábio Perdigão Vasconcelos⁶

¹Dra. em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia-PROPGE, Universidade Estadual do Ceará-UECE. mariabonfim@gmail.com. Orcid:<https://orcid.org/0000-0002-8353-9145>. ²Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia-PROPGE, Universidade Estadual do Ceará-UECE. lucasmrques.lm922@gmail.com. Orcid:<https://orcid.org/0009-0000-2363-3052>. ³Dr. em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia - PROPGE, Universidade Estadual do Ceará - UECE. cris1989rocha@gmail.com. ORCID:<https://orcid.org/0000-0001-9206-9360>. ⁴Docente da Universidade Estadual do Ceará-FECISC/UECE. otavio.lima@uece.br. Orcid:<https://orcid.org/0000-0002-8147-8000>. ⁵Docente da Universidade Federal do Ceará-UFC, Instituto de Ciências do Mar-LABOMAR. fabiomatos@ufc.br. Orcid:<https://orcid.org/0000-0001-9275-9361>. ⁶ Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia-PROPGE/UECE. fabio.perdigao@uece.br. Orcid:<https://orcid.org/0000-0002-0388-4628>.

Artigo recebido em 23/09/2025 e aceito em 03/10/2025

RESUMO

A ausência e/ou pouca efetividade de um ordenamento adequado das atividades humanas no espaço marinho brasileiro tem gerado diversos conflitos socioambientais, especialmente entre a pesca artesanal e setores como a pesca industrial, o turismo, a aquicultura e a indústria portuária. A pesca artesanal, apesar de sua relevância econômica e sociocultural, tem sido gradualmente marginalizada diante do avanço de atividades mais capitalizadas. Dados da FAO e de instituições nacionais indicam a expressiva participação da pesca artesanal na produção de pescado e na geração de empregos, particularmente no Nordeste brasileiro. No litoral do Ceará, com destaque para o município de São Gonçalo do Amarante, a atividade artesanal representa importante fonte de sustento para comunidades locais, embora enfrente pressões crescentes devido à expansão do Porto do Pecém. Nesse contexto, o Planejamento Espacial Marinho (PEM) é apresentado como uma ferramenta estratégica para a gestão integrada do litoral, promovendo a conciliação entre diferentes usos do espaço marinho e a conservação dos ecossistemas. O artigo propõe um esboço de PEM para São Gonçalo do Amarante, com foco na identificação de conflitos, mapeamento das áreas de sobreposição de uso e proposição de soluções a partir da perspectiva dos atores sociais envolvidos. Os resultados apontam para a necessidade de um planejamento participativo, baseado em dados geoespaciais e ecológicos, que reconheça o valor da pesca artesanal e promova um modelo de desenvolvimento costeiro mais justo e sustentável.

Palavras-chave: pesca artesanal; Planejamento Espacial Marinho; conflitos costeiros; gestão integrada; litoral do Ceará.

Artisanal Fishing and Marine Spatial Planning: Perspectives for the Beaches of Taíba and Pecém, Ceará

ABSTRACT

The lack of proper regulation of human activities in Brazil's marine space has led to a series of socio-environmental conflicts, particularly between artisanal fisheries and sectors such as industrial fishing, tourism, aquaculture, and port development. Despite its economic and sociocultural importance, artisanal fishing has been increasingly marginalized in the face of expanding capital-intensive activities. Data from the FAO and national institutions indicate a significant contribution of small-scale fisheries to fish production and employment, especially in Brazil's Northeast region. Along the coast of Ceará, with a particular focus on the municipality of São Gonçalo do Amarante, artisanal fishing remains a vital livelihood for local communities, even as they face growing pressures from the expansion of the Pecém Port. In this context, Marine Spatial Planning (MSP) is presented as a strategic tool for integrated coastal management, aiming to reconcile competing marine uses while fostering ecosystem conservation. This article proposes a preliminary MSP framework for São Gonçalo do Amarante, focusing on the identification of existing conflicts, mapping overlapping areas of use, and proposing solutions based on the perspectives of the social actors involved. The findings highlight the urgent need for participatory planning, grounded in geospatial and ecological data, that recognizes the value of artisanal fishing and promotes a more just and sustainable coastal development model.

Keywords: artisanal fishing; Marine Spatial Planning; coastal conflicts; integrated management; Ceará coast.

Introdução

A ausência de um ordenamento adequado das múltiplas atividades e usos do espaço marinho tem gerado conflitos no ambiente costeiro-marinho brasileiro. Entre esses conflitos, destaca-se a sobreposição entre a pesca artesanal e outras atividades, como a pesca industrial, o turismo (em especial pelas disputas por áreas de acesso ao mar), a aquicultura, as atividades recreacionais e, mais recentemente, a instalação de parques eólicos offshore (Basurto et al., 2025). Esses conflitos provocam impactos ambientais relevantes, como a redução nas capturas pesqueiras, degradação de habitats, poluição, e consequente deterioração da qualidade de vida das populações litorâneas, além da crescente ocupação irregular de territórios de pesca e deslocamento de frotas (Singh e Linnér, 2025).

Dados da FAO (2010) indicam que a pesca artesanal é responsável por mais da metade da produção mundial de pescado, empregando cerca de 90% dos 35 milhões de pescadores no mundo. Um levantamento coordenado pelo Instituto Maramar (2020) aponta que aproximadamente 110 milhões de trabalhadores em todo o mundo estão diretamente envolvidos com a pesca de pequena escala. No Brasil, a reativação do Ministério da Pesca em 2023, no atual governo federal, contribuiu para a atualização dos dados do setor. O Sistema de Registro da Atividade Pesqueira (SISRGP), recentemente implementado, registra cerca de 980 mil pescadores profissionais inscritos no sistema, sendo 57% homens e 43% mulheres; no mesmo sistema encontram-se registradas 20 mil embarcações (Brasil, 2023).

Pescador artesanal é aquele que confecciona suas artes e apetrechos de pesca, que realiza os reparos em suas embarcações e o processamento do produto da pesca (Soares, *et al.* 2018). É uma atividade importante para as populações litorâneas em virtude do seu elevado potencial de emprego, geração de renda e de certa forma de desenvolvimento socioeconômico de populações tradicionais, contudo, essa atividade vem perdendo espaço para aquelas consideradas mais desenvolvidas, tal como a indústria portuária e petrolífera que possuindo maiores recursos consegue causar rupturas em modelos artesanais (Menezes, 2019).

Esses trabalhadores estão organizados em 760 associações, 137 sindicatos e 47 cooperativas, distribuídos em 23 unidades da federação e reunidos em cerca de 400 colônias, das quais 160

estão localizadas na Região Nordeste (Menezes *et al.*, 2019). Em 2011, a produção nacional de pescado foi de aproximadamente 1,24 milhão de toneladas, sendo 416 mil toneladas oriundas da pesca artesanal. A Região Nordeste liderou a produção nacional, com 34% do total, dos quais 75% advieram da pesca artesanal (Xavier et al., 2020).

No litoral do Ceará, a pesca artesanal possui relevante importância socioeconômica, destacando-se pela diversidade de espécies capturadas pelas comunidades pesqueiras ao longo da costa (Menezes et al., 2019). Estudos realizados pela Petrobras (2016) apontam que, no segundo semestre de 2015, a atividade pesqueira nos municípios situados na bacia petrolífera do estado gerou uma receita bruta superior a 33 milhões de reais, com uma produção de 2.940,9 toneladas de pescado (Petrobras, 2016).

A definição de pesca artesanal, segundo a FAO, é complexa, uma vez que não há consenso internacional. Geralmente caracterizada por atividades de pequena escala com abrangência costeira, a pesca artesanal é marcada por baixa produtividade e rendimento, mas representa um modo de vida rico culturalmente e de extrema relevância global (FAO, 2017). Essa modalidade utiliza embarcações de pequeno porte, em muitos casos não motorizadas e com autonomia reduzida, além de técnicas de captura simples (Fonteles-Filho e Guimarães, 2000).

A pesca artesanal é essencial para as populações litorâneas, tanto pelo seu potencial de geração de renda e emprego quanto pelo papel que desempenha no desenvolvimento socioeconômico local. Envolve não apenas a atividade da pesca em si, mas também a fabricação de artes e apetrechos, a manutenção de embarcações e o processamento do pescado (Soares et al., 2018). Contudo, esse setor enfrenta crescentes ameaças, sobretudo pela expansão de setores mais estruturados, como a indústria portuária e petrolífera, que, por contarem com maior capacidade financeira e institucional, tendem a marginalizar modelos tradicionais de pesca (Arruda et al., 2023).

A expansão do crescimento econômico acentuou os conflitos ambientais de diferentes maneiras e é parte do cotidiano das comunidades de pescadores artesanais que dependem da atividade para sobreviver. Segundo Diegues (2008), “os conflitos ambientais ocorrem quando diferentes grupos sociais têm percepções diferentes sobre o uso dos recursos naturais” bem como

“quando há desigualdade no acesso e controle desses recursos, muitas vezes desfavorecendo as populações tradicionais como os pescadores artesanais” (p. 45). Esses conflitos são agravados pela sobreposição de interesses econômicos, políticas públicas mal planejadas e a ausência de participação efetiva das comunidades pesqueiras na gestão dos territórios costeiros (Reis, 2024).

Nesse contexto, um dos principais desafios do planejamento costeiro reside em conciliar as demandas ambientais, sociais e econômicas de forma sustentável, e, na maioria das vezes, há uma ausência na integração entre as políticas de planejamento propostas para o espaço costeiro e o marinho. Nesse sentido, a existência de conflitos torna-se inevitável, pois há um vácuo que precisa ser preenchido, quando isso não acontece surgem os conflitos que precisam ser resolvidos (Souto, 2021).

Esses conflitos, na maioria das vezes, relacionados ao uso e ocupação, representam uma ameaça ambiental para os sistemas, através da poluição, de processos de assoreamento e dragagem e de uma série de atividades que alteram a forma como os processos naturais acontecem nesse ecossistema. Uma possível forma de solução seria considerar a participação, ou seja, valorizar o conhecimento tradicional dos atores envolvidos antes das técnicas na elaboração do planejamento para a atividade pesqueira; instrumentos de planejamento espacial de ordenamento pesqueiro, de medidas integradas com ações de manejo costeiro e qualidade ambiental; uma fiscalização efetiva e o manejo adaptativo e ecossistêmico. O PEM surge como uma importante ferramenta de gestão integrada, com o objetivo de reduzir conflitos entre usuários e promover a conservação da biodiversidade marinha (Rezaei, 2024). Essa ferramenta propõe uma abordagem baseada em ecossistemas, permitindo orientar a localização e o tempo das atividades humanas de maneira a minimizar impactos ambientais. Sua estrutura visa superar o modelo fragmentado e setorial de gestão, promovendo uma visão holística do meio marinho e prevenindo conflitos, planejamentos ineficientes e incoerências (Souto, 2021).

Segundo Ehler (2013, os elementos fundamentais do PEM são: princípios orientadores, objetivos estratégicos, escalas espaço-temporais e

delimitação de fronteiras geográficas e ecossistêmicas. Assim, o processo é estratégico e preventivo, com foco em soluções de longo prazo, e deve ser participativo, requerendo o envolvimento ativo dos diferentes atores sociais (Carneiro, 2022).

Ainda existem entraves significativos para a implementação efetiva do PEM, como a coleta, organização e integração dos dados marinhos disponíveis, além da escolha de ferramentas adequadas para o suporte à tomada de decisão (Carpenter et al., 2025). Entre os componentes essenciais destacam-se: (1) triagem e coleta de dados geoespaciais, (2) gerenciamento de informações, (3) análise de dados e (4) sistemas de apoio à decisão (Stamoulis e Delevaux, 2015). A escolha do sistema de apoio pode, inclusive, orientar quais dados deverão ser priorizados.

As praias de Pecém e Taíba (Figura 1), situadas no litoral oeste do Ceará, integram a área de influência do Porto do Pecém. A expansão das atividades portuárias tem intensificado os conflitos com as comunidades locais, tradicionalmente dependentes da pesca artesanal. Nesse cenário, o PEM oferece ferramentas relevantes para a mediação de conflitos e proteção da atividade pesqueira tradicional (Basurto et al., 2024).

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo contribuir para o fortalecimento da gestão costeira integrada no município de São Gonçalo do Amarante (CE) - SGA -, por meio da proposição de um esboço de PEM. Os objetivos específicos consistem em: (I) caracterizar os principais conflitos na área de estudo a partir da perspectiva dos atores sociais envolvidos; (II) mapear os conflitos relacionados à pesca artesanal; e (III) Identificar o papel do pescador na cobrança de resolução dos conflitos.

Área de Estudo

Praia da Taíba

A Praia da Taíba está situada no município de São Gonçalo do Amarante, integrante da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), no litoral oeste do estado do Ceará. Está localizada aproximadamente entre as coordenadas 3°35' 51" de latitude sul e 38°51' 52" de longitude oeste, distante cerca de 70 quilômetros a noroeste da capital Fortaleza (IBGE, 2022).

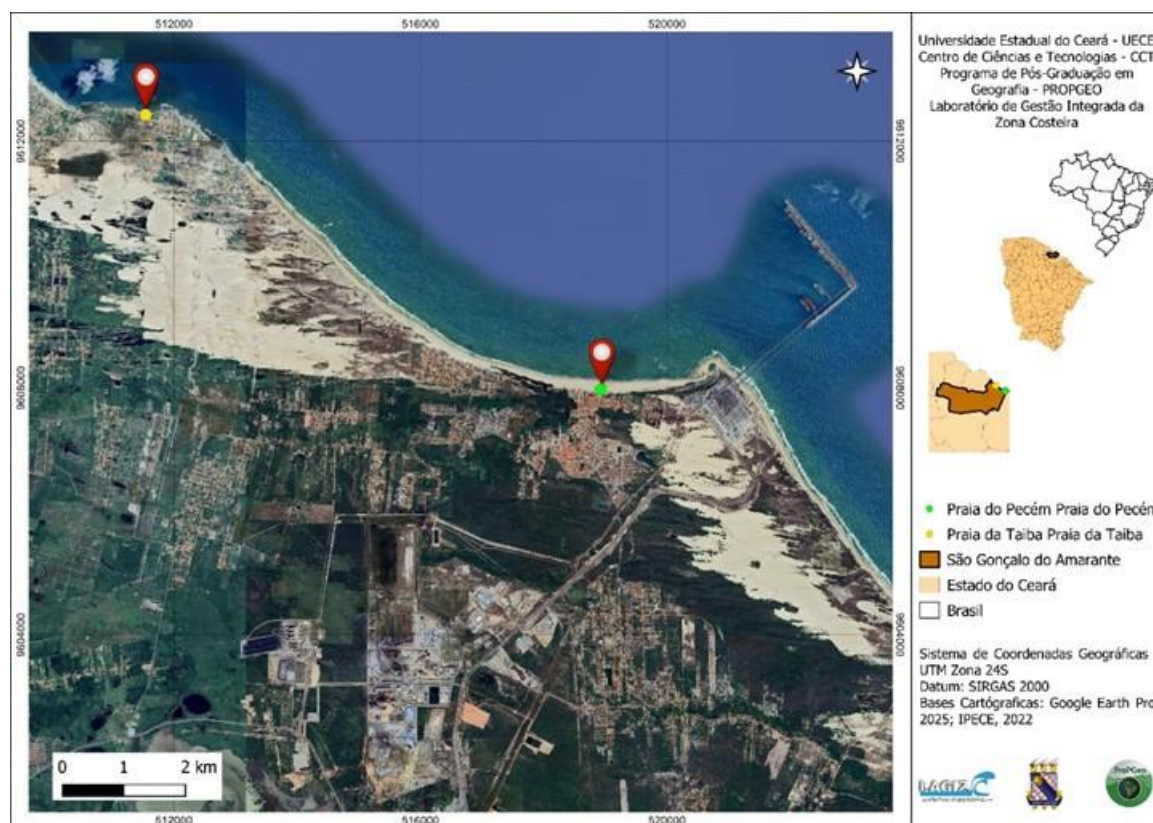


Figura 1. Mapa de localização.

A faixa marítima da Taíba é importante por ser uma comunidade de pescadores que tentam se manter frente as dificuldades pelo sistema diariamente. A área se caracteriza por um extenso litoral de areias claras e finas, marcado pela presença de dunas, recifes naturais e coqueirais, com águas geralmente calmas, o que favorece atividades como pesca artesanal e turismo.

A área de estudo integra uma zona costeira com vocação turística em expansão combinando paisagens naturais preservadas com pressões de urbanização. Economicamente, destaca-se pela pesca tradicional – onde os pescadores desempenham papel central na dinâmica local – e pelo cultivo de coco, além do crescente setor de serviços ligados ao veraneio (Portela *et al.*, 2017).

Praia do Pecém

A Praia do Pecém está localizada no estado do Ceará, nordeste do Brasil, e tem como vias de acesso rodoviário a CE-085 e a CE-156, distando aproximadamente 70km da cidade de Fortaleza, capital do estado (IPECE, 2022). Apresenta 10km de extensão de praia arenosa, dunas e recifes de arenitos, possuindo muitas falésias com reentrâncias formadas pelo hidro-dinamismo das

marés.

Dentre as principais atividades econômicas da região do município de São Gonçalo do Amarante, destacam-se a agricultura de subsistência, a agroindústria canavieira, a indústria de cerâmica, o artesanato e o comércio varejista (Araújo *et al.*, 2009).

Procedimentos Metodológicos

Passo a passo na coleta de dados

A pesquisa se deu por meio da aplicação de questionários semiestruturados e de entrevistas abertas. A coleta de dados se deu a partir de quatro visitas de campo; além de pesquisa documental e outras idas a campo sempre que possível ou necessário. Estudos realizados por Trivinõs (2008) apontam que a utilização de questionários pode ser bastante útil para captar a percepção de determinado grupo de pessoas acerca de um assunto. Essa técnica auxilia duplamente o trabalho da pesquisa, uma vez que, valoriza a presença do pesquisador, ao mesmo tempo em que enriquece a investigação por oferecer inúmeras perspectivas possíveis para que o colaborador apresente liberdade e espontaneidade necessárias. As datas,

as localidades e a quantidade de questionários aplicados encontram-se resumidos a seguir (Quadro 1).

Quadro 1 - Resumo das aplicações dos questionários

Visitas de campo	Local de aplicação - praias	Números de questionários aplicados
1ª - janeiro 2021	Taíba	03
	Pecém	03
2ª - julho 2022	Taíba	20
	Pecém	20
3ª - agosto 2023	Pecém	30
4ª - janeiro 2023	Taíba	30

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Vale acrescentar que, no momento de aplicação dos questionários foi possível também realizar algumas perguntas abertas, sempre que percebíamos que alguma informação do questionário não foi contemplada. Segundo Minayo (2002) a aplicação dessa técnica possui uma profundidade, pois, possibilita um diálogo intenso e correspondido entre o entrevistador e seu informante. Em campo, foi perceptível o quanto os colaboradores expressavam em sua fala uma crítica em relação a invisibilidade do pescador em não ser valorizado pela sociedade; ou mesmo quanto ao fato desse pescador viver acomodado com a sua situação precária. Eles até percebem que precisam de ajuda, contudo não costumam cobrar, preferindo permanecer na invisibilidade diária. Essas e outras questões foram surgindo e foram necessárias trazer à discussão para reforçar alguns resultados do artigo.

Dos tratamentos dos dados

A pesquisa fez uso da metodologia bola de neve para a identificação dos colaboradores; momento em que alguns os pescadores foram previamente identificados e apontavam outros possíveis informantes. Vale reforçar que as informações foram organizadas e codificadas textualmente (qualitativa), sempre com o cuidado de garantir o sigilo e a ética exigidos em uma pesquisa preservando a identidade dos participantes. Assim sendo, as respostas individuais não poderão ser identificadas.

O tratamento dos dados foi realizado com base na metodologia da análise de conteúdo, amplamente empregada na pesquisa qualitativa para descrever, sistematizar e interpretar conteúdos provenientes de diversas tipologias documentais e textuais. Essa abordagem permite ao pesquisador

produzir descrições rigorosas, tanto de natureza qualitativa quanto quantitativa, possibilitando a releitura crítica e aprofundada das mensagens expressas nos discursos transcritos. Dessa forma, alcança-se uma compreensão mais densa e abrangente dos significados subjacentes às falas, superando uma leitura superficial e integrando as informações simbólicas e contextuais presentes nas narrativas dos sujeitos participantes da pesquisa.

Os dados quantitativos foram organizados por meio de tabulação e representados graficamente com o auxílio da ferramenta *microsoft word*, com o objetivo de facilitar sua visualização e proporcionar maior clareza na apresentação dos resultados. Em determinados momentos, realizou-se o cruzamento de informações quantitativas, como forma de aprofundar a interpretação e alcançar uma análise mais precisa.

No que se refere aos dados qualitativos, adotou-se a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), técnica que busca identificar falas individuais representativas que se repetem entre diferentes participantes, permitindo a construção de discursos-síntese em primeira pessoa. Segundo Lefèvre e Lefèvre (2005), o DSC trata-se de uma forma de análise e reopresentação do pensamento coletivo sobre determinado tema, a partir de depoimentos individuais. Sempre que pertinente, essas falas são apresentadas integralmente e relacionadas a estudos previamente publicados, a fim de ampliar a fundamentação teórica da análise.

A interpretação dos dados também incorpora a perspectiva de análise da autora da pesquisa, que apresenta sua bagagem teórica, as experiências pessoais e a trajetória de formação no desenvolvimento de uma leitura crítica dos conteúdos abordados.

A pesquisa adota uma abordagem essencialmente multidisciplinar, reconhecendo a complexa e interdependente relação entre natureza e sociedade como eixo central para a compreensão dos fenômenos investigados.

Os pescadores responderam os questionários individualmente ou mesmo em grupo, uma vez que estávamos em campo com uma equipe (Figura 2) composta sempre por 3 pessoas ou 5 pessoas. A maioria dos participantes se encontrava na faixa de praia, e na praça; poucos foram os que responderam o questionário em suas residências ou na colônia, como foi o caso de alguns representantes da colônia. Após a identificação do pesquisador e apresentação da proposta do estudo, eles foram solícitos e prontamente responderam as questões.



Figura 2. Aplicação dos questionários em campo.

Etapas da pesquisa

Vale salientar que as técnicas metodológicas não foram seguidas de maneira linear, pois muitas ações ocorreram simultaneamente e outras de forma dependente. Assim, o cumprimento das fases descritas na integração de metodologias foi realizado a partir de ações estruturantes, as quais conjuntamente se constituirão pilares para atingir os três objetivos específicos.

Desse modo, foi realizado o levantamento bibliográfico, buscando conhecer as contribuições científicas produzidas a partir da literatura disponível em livros e artigos científicos de periódicos nacionais e internacionais sobre a temática em estudo, procurando explicitar o problema a partir de referenciais teóricos publicados.

Também foram consultados dados secundários e informações oriundas de diversos estudos efetuados por instituições governamentais: IBGE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Organizações Não-Governamentais (ONGs), pesquisa acadêmica em artigos nacionais e internacionais, dentre outros documentos. Essas fontes de dados foram utilizadas no decorrer de toda a pesquisa.

Em um segundo momento, em atividades de campo, foi realizado duas campanhas de campo, inicialmente para constatar e coletar dados que fundamentassem os dados preliminares, e

posteriormente para a aplicação dos questionários (parecer: 4866004) com os atores sociais envolvidos na pesca artesanal. Nesse momento foi coletada a percepção em relação aos conflitos dominantes na área de São Gonçalo do Amarante (SGA); questões relacionadas ao uso da área de estudo a partir de aplicação de um questionário semiestruturado. Os dados oriundos dessa etapa auxiliam ainda na identificação dos tipos de conflitos relacionados ao desenvolvimento da pesca e de outras atividades dominantes na área de SGA.

As questões elaboradas no questionário foram pensadas sob quatro pontos principais, divide-se, assim:

- ✓ Perfil e características individuais do colaborador;
- ✓ Conflitos de uso dominantes na área de SGA entre a pesca e outras atividades;
- ✓ Percepção em relação ao papel do pescadora;
- ✓ Avaliação e Planejamento Espacial Marinho.

O questionário foi submetido ao Comitê de Ética da Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e obteve aprovação; o parecer número 4866004. Para a submissão do questionário também foi necessário a elaboração de um Termo de Consentimento de Livre Esclarecido (TCLE); esse termo é importante, pois permite ao participante da pesquisa uma maior clareza dos objetivos e da importância da pesquisa, em campo foi apresentado sempre ao abordarmos os colaboradores.

A partir dos dados coletados, seguiu-se com a análise das principais atividades que competem pelo espaço da pesca artesanal. Logo após, apresentou-se a percepção dos entrevistados quanto à principal importância prestada pela atividade da pesca na localidade. Fechando com a discussão a cerca do papel do colaboradores na resolução dos conflitos da localidade.

De modo a contribuir com a produção do PEM em São Gonçalo do Amarante, foi posto metodologicamente, a produção do mapa colaborativo que ocorreu por meio da contribuição de voluntários que adicionaram informações geográficas e espaciais, compartilharam pontos de interesse, rotas, dados ambientais e sociais relevantes como áreas de pesca artesanal e restrições de porto. Para este fim, foi utilizado a escala de mapeamento de 1:10.000. A técnica de

representação utilizada foi a sobreposição, metodologia importante que permite representar diferentes tipos de dados que ocupam um mesmo espaço.

As informações relacionadas aos conflitos de usos do espaço marinho, inicialmente, foram tabuladas no mapa colaborativo, destacando-o por meio de simbologias, como forma de melhor interpretar as informações do mapa, e o motivo principal do conflito. Os conflitos pontuados pelos colaboradores na pesquisa também foram representados por meio de pontos aleatórios, quais sejam: atividade portuária: navios no entorno do porto, pesca artesanal: distância de até 30 km da praia, peixes nas pilastras do porto: área de maior presença de peixes, tráfego de navios: navios no mar um pouco mais afastados do porto, cerca de 3, 4, 5, 6 km, pesca industrial: embarcações maiores; parques eólicos offshore: instalação a cerca de 23 km de distância da praia em profundidades de 20 e 50m, atividades de kitesurf: ponto aleatório de atividade esportiva e banho de mar: ponto na faixa de praia.

Na simbologia do mapeamento colaborativo, utilizou-se uma representação exclusiva dos elementos cartográficos, pontos e polígonos, que aproximasse o máximo da realidade dos conflitos da pesca na área de estudo. Como contêiner, embarcações distintas, peixes, atividades aquáticas esportivas e aerogeradores de energia eólica.

Análise dos conflitos de usos no espaço marinho da praia do Pecém

Ao longo da ocupação socioespacial da zona costeira cearense, a pesca artesanal teve papel de destaque, enquanto fornecedora de fontes de alimento, emprego e renda para diversas comunidades (Corrêa *et al.* 2018). Entretanto, os múltiplos usos do litoral tornaram esse cada vez mais disputado entre os usuários, economia local (economia portuária, turismo) e os aspectos socioculturais resilientes, como a própria pesca artesanal.

Na praia do Pecém a principal atividade desenvolvida é a portuária. Entretanto, após a instalação do porto e a proibição da pesca nas suas proximidades, iniciando os conflitos locais entre a indústria portuária e os pescadores (Figura 3). A área próxima do porto, os pescadores relatam costumeiramente pescar grande estoque de camarão, fazendo com que alguns pescadores se arrisquem e adentrem no local, mesmo irregularmente, arriscando serem acidentados por navios, pois o trânsito destas embarcações é

constante e intenso. A grande reclamação dos entrevistados é “a área do porto sempre foi e é, uma área de berçário e de grande importância para diversas espécies de peixes que nos foi tirado.” (COLABORADOR).



Figura 3. Pesca e porto na disputa por espaço. Fonte: Autores, 2024.

Os entrevistados apontaram, por diversas vezes, o conflito direto relacionado com o tráfego de navios e a disputa constante por espaço. É a luta entre a atividade pesqueira tradicional, que tem nas redes de pesca seu principal meio de instrumento e a atividade portuária; o porto impede esse pescador de exercer sua atividade. Pela imagem (Figura 4) pode-se perceber como a atividade pesqueira é desenvolvida nas proximidades do porto. Uma atividade (pesca) disputando espaço direto com a outra (portuária).

Segundo um dos colaboradores desde a instalação do porto “[...] a gente luta por espaço; uma luta desleal, se você considerar que estamos lutando com gente grande que são aqueles que têm poder e dinheiro”. O entrevistado acrescenta ainda que eles vêm lutando para manter viva a profissão de pescador que, nos últimos anos, só tem diminuído. Ele é taxativo ao afirmar que “poucos são aqueles que resistem a essa disputa desigual, onde, infelizmente, quem sempre sai ganhando são os poderosos” (COLABORADOR, 2024).

Os entrevistados relatam que o Pecém é uma comunidade pesqueira, de forma que o pescador deveria ter sido ouvido antes da construção do porto, para saber a opinião deles sobre a melhor área a ser instalado o porto. Segundo um colaborador, isso não ocorreu na época da construção, o que resultou nesse conflito atual, entre o pescador e o porto (Figura 4), na disputa por espaço do mar e por sobrevivência. Os estudos de Paula (2020) corroboram com a informação e reforçam que na pesca artesanal esses

conflitos além de incidirem sobre os recursos pesqueiros tradicionais, eles também promovem a expulsão das comunidades dos seus territórios de moradia e vivência.



Figura 4. Atividade conflituosa da pesca e da atividade portuária – Pecém.

Os incentivos recebidos pelo Estado favoreceram o desenvolvimento do setor pesqueiro industrial exigindo assim, um crescimento excessivo do esforço de pesca e, conseqüentemente, uma diminuição da abundância de espécies partilhadas com a pesca artesanal. Tais conflitos, sejam com a atividade da aquicultura comercial, sejam com a carcinicultura, repercutem em áreas de manguezais e estuários, sobre espécies de peixes, moluscos e crustáceos e sobre o modo de vida dos pescadores artesanais, os quais vêm sendo paulatinamente expulsos de seus locais de moradia e/ou impedidos de livre acesso às zonas de pesca tradicionais. Associe-se a isso o fato de que o despejo dos resíduos oriundos dos tanques de cultivo tem poluído diversos corpos hídricos: rios, estuários, açudes, poços artesianos, dentre outros (Vasconcellos; Diegues; Sales, 2005).

De acordo com um colaborador, isso não ocorreu na época da construção, o que resultou nesse conflito atual, entre o pescador e o porto (Figura 5). Segundo ele “hoje esse pescador reivindica ‘o que é que ainda pode ser feito por nossa comunidade que depende exclusivamente da pesca? O que fazer com os mais antigos que não foram inseridos na atividade do porto? Como é que essas pessoas ficam?’” questiona (COLABORADOR).



Figura 5. Jangada/porto – disputa por espaço.

Outros colaboradores, reconhecem a importância do porto como um vetor de desenvolvimento da localidade e fonte de emprego e renda, contudo a construção do porto impossibilitou a categoria de exercer a pesca em áreas onde a quantidade de peixe é elevada; isso dificultou consideravelmente o dia a dia deles.

Nessa análise precisa-se considerar um dos passos apontados para uma boa elaboração de PEM para determinada área marinha. Segundo as orientações estabelecidas pelo PEM é a necessidade de se escutar os pescadores, pois um dos passos para um efetivo planejamento marinho precisa proporcionar necessariamente a participação das diversas partes interessadas ao longo do processo de planejamento.

Desse modo, é de suma importância a participação da sociedade ao longo de todo o processo de gestão do PEM, considerando principalmente os aspectos do PEM (Figura 6). A população precisa estar presente apontando os conflitos espaciais, identificando demandas futuras e cenários espaciais possíveis para determinadas áreas. Se essa orientação é basilar, os pescadores precisam ser ouvidos, não podem passar despercebidos sob pena do planejamento se tornar ineficiente.

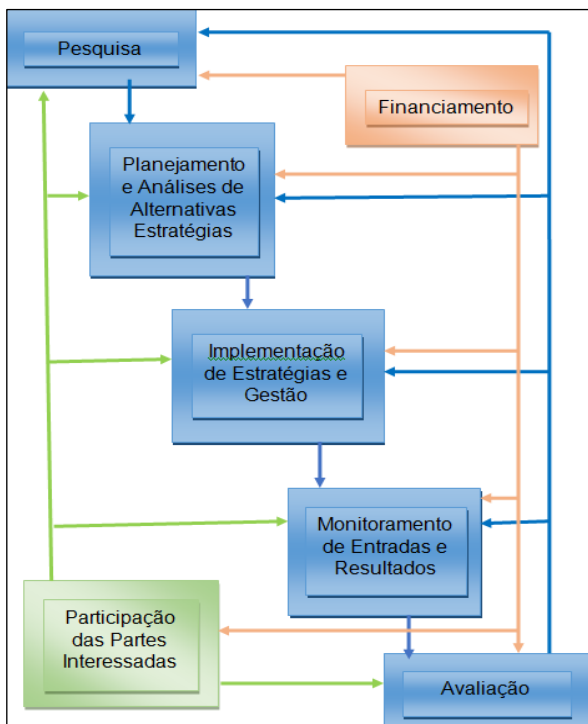


Figura 6. Esquema funcional do PEM. Fonte: Autores, 2025.

Análise dos conflitos de usos no espaço marinho na praia do taíba

Na perspectiva dos pescadores da Taíba, eles apontam que os conflitos diretos se dão pela concorrência com a pesca industrial; apontam como problemas a falta de capacitação dos pescadores. Segundo os colaboradores: falta investimento na profissão. Associa-se a isso, o declínio do pescado registrado nos últimos anos; resultado da exploração do pescado e da poluição do mar, oriundas do lixo sólido e de plástico nos mares. Praticamente, toda a sujeira do continente chega aos oceanos por meio dos rios, poluindo, causando assim, a redução dos peixes.

Estudos realizados, especificamente, no espaço marinho do Ceará apontam que estes têm percebido uma diminuição de peixes. Segundo Xavier, *et al.* (2020) em entrevistas realizadas com pescadores artesanais, foi citado que, ultimamente eles têm percebido uma diminuição principalmente em espécies presentes nos mercados locais e nacionais, amplamente pescado no litoral do Ceará a exemplo do robalo; no estudo essa espécie foi apontada como a que vem sofrendo mais fortemente os impactos no litoral cearense.

Dentre as atividades apontadas como as que mais disputam com a pesca artesanal, na praia da Taíba, os participantes reforçaram mais uma vez, a atividade realizada pelo tráfego de navios, justificado pelo fato de impedirem os mesmos de pescarem em determinadas áreas – às vezes, áreas

onde há maior presença e riqueza de espécies. Outro colaborador justificou que até pelo fato de ser caminho do porto, é perigoso enfrentar um navio de grande porte com uma simples embarcação pequena, como as jangadas utilizadas na pesca artesanal.

A pesca industrial foi a segunda atividade apontada pelos entrevistados – citada por 18 pessoas. Eles citam que esta atividade disputa por espaço direto com a pesca artesanal na atualidade. Na fala de alguns pescadores eles citam que não tem como competir com a pesca industrial, pois a seu favor tem apenas a jangada e a coragem. Realmente, a pesca industrial faz uso de navios de grande porte, sempre bem equipados, possuem redes potentes e fazem alto investimento em tecnologia, além disso, fazem uso de gelo para conservação do pescado e possuem técnicas de enlatamento o que possibilita passar vários dias em alto mar; diferentemente do pescador artesanal que precisa voltar o mais rápido possível para conseguir chegar com o peixe fresco e vender no mercado.

Interessante reforçar aqui outro ponto, um dos entrevistados relatou que o “pescador, atualmente, prefere esperar o dinheiro ‘doador’ pelo governo para o gás ao invés de irem pescar, consequentemente, muitas pessoas vivem conformados à espera de auxílio do governo”. Eles devem, sim, receber essa ajuda, que não é de graça, é sim um retorno oriundo dos impostos que pagamos ao longo do tempo, no entanto, tais pescadores poderiam, sim, receber essa ajuda e cobrar do poder público as políticas de apoio à pesca que constam em inúmeras legislações.

Estudando a temática da gestão, em 2018, constatou-se, de fato, as políticas de gestão costeiras desenvolvidas atualmente têm sido ineficientes, em virtude da falta de efetividade na implantação e na aplicação de políticas existentes; tais políticas até existem, no entanto, na maioria das vezes, continuam engavetadas (Casemiro *et al.*, 2018).

A instalação de parques eólicos offshore – em alto mar – também foi citado pelos pescadores do Pecém e da Taíba; trata-se de uma atividade que disputa espaço direto com a pesca artesanal, uma vez que, os projetos de instalação para essa atividade se dão em águas marinhas. Estudos realizados por Xavier *et al.* (2020), na costa oeste do Ceará, têm apontado que a pressão por áreas para implantação de parques eólicos em alto mar têm sido cada vez maior.

A preocupação fica por conta dos efeitos ocasionados pelos severos impactos às populações

Casemiro, M. B., Albuquerque, J. L. M., Rocha, C. S., Barra, O. A. O. L., Matos, F. O., Vasconcelos, F. P.

tradicionais que vivem nessas áreas, podendo impactar negativamente os pescadores artesanais que possuem a atividade da pesca como meio de garantir a sua sobrevivência. Desse modo, existe a necessidade de um zoneamento, de modo a mapear as áreas para cada uma dessas atividades, causando o mínimo impacto possível, se considerarmos que toda e qualquer atividade, por menor que seja, é causadora de impacto ao meio ambiente.

Um pescador do Pecém chama a atenção para o conflito potencial entre pesca artesanal e os parques eólicos offshore, já que, se eles se concretizarem, irão impedir o trânsito das jangadas em suas proximidades e reduzir ainda mais a área de pesca ou mesmo tornar inviável a prática da atividade.

De fato, os projetos de instalação de parques eólicos *offshore* ocuparão uma extensa área do mar. Xavier *et al.* (2020, p. 614) citam que o parque previsto para a região no entorno do Pecém ocupará uma área total, em mar, estimada em 1.007,8 km²; esse parque “será localizado à, aproximadamente, 23 km de distância da praia em profundidades que variam entre 20 e 50m em um total de quatro parques eólicos com cinquenta aerogeradores cada, totalizando 200 torres.” Ou seja, é um projeto que vai interferir bem na área da pesca artesanal, uma vez que, impedirá, mais uma vez, o acesso do pescador a essa área, o conflito vai se efetivar. Um conflito por área territorial.

A figura 7 aponta os primeiros municípios a receberem os parques off shore no litoral oeste do estado do Ceará, com ênfase aos parques CE-10 e CE - 26 (Praia da Taíba) e CE-11 (Praia do Pecém).

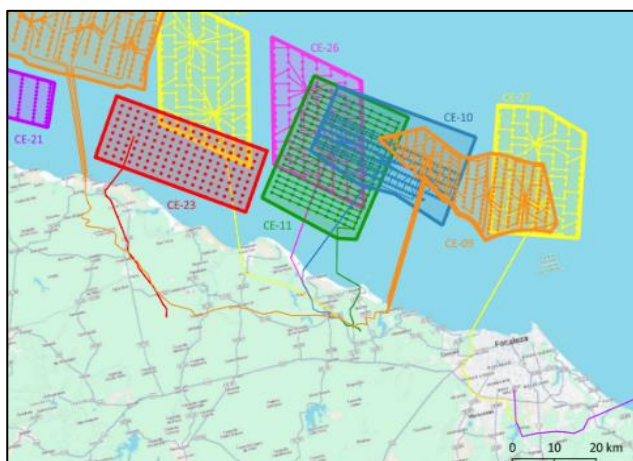


Figura 7. Propostas de parques eólicos off-shore para o litoral Oeste. Fonte: Brasil, 2024.

Sequenciando a análise, foi apontado ainda como conflito existente na praia da Taíba, o

conflito com os praticantes de *kitesurf* e de atividades de mergulho. Para eles, a prática dessa atividade além de espantar os peixes, os *kitesurfers* acabam passando por cima da rede, cortando a rede resultando em prejuízo e coloca em risco a vida dos praticantes, uma vez que, poderão ficar enrolados nas redes que são lançadas ao mar para coleta de peixe.

Analisando as informações apresentadas, comparando de forma abrangente, do ponto de vista dos pescadores do Pecém e da Taíba a respeito do conflito entre porto e pescador, percebe-se que o maior impactado foi o pescador do Pecém porque foi esse pescador que mais perdeu área de pesca. Isso em função da construção do porto. Para o pescador de nada adianta reivindicar, pois o porto querendo ou não é fonte geradora de renda para a comunidade e para os pescadores quando não podem sair para pescar ou como renda complementar.

Mapeamento colaborativo dos conflitos socioambientais de São Gonçalo do Amarante

A elaboração desse mapeamento se justifica por considerar que, apesar da área foco dos conflitos se dá na praia do Pecém onde eles são mais acirrados apresentar os que se dão na área da Taíba é importante, pois lá também existem conflitos segundo os colaboradores tais conflitos estão associados, principalmente, às práticas de *kitesurf*, aos banhistas e às eólicas offshore. Essas áreas sofrem na disputa por espaço, portanto, necessita de elaboração de um PEM.

Visando atribuir uma nota relacionada ao grau potencial de conflito no espaço marinho apontado pelo entrevistado em SGA, estabeleceu-se uma pontuação aos mesmos, justificando o porquê da nota (Quadro 2). O conflito com maior peso - 5 - recebeu maior nota por entrar em disputa direta por espaço com a pesca artesanal e foi o mais citado por eles, o que nos leva a concluir que é o que afeta o pescador da localidade; já a nota 1 - é o que menos atrapalha o pescador.

Resumidamente, o quadro apresenta os principais conflitos no litoral de São Gonçalo do Amarante, atribuindo notas de 1 a 5 conforme o grau de impacto sobre a pesca artesanal local. Por estar localizada em área de alta concentração de peixes, a atividade portuária foi a que recebeu a maior pontuação (5 pontos), pois restringe severamente a pesca. Em seguida, o tráfego de navios também representou forte restrição por estar localizado em regiões de riqueza de espécies

marinhas (4 pontos). A pesca industrial e os parques eólicos offshore receberam 3 pontos, em virtude da disputa por recursos e do impedimento do trânsito das embarcações artesanais.

Por último, e em menor grau de impacto (1 a 2 pontos) – mesmo afastando as espécies e/ou em disputas por área marinha tem-se as atividades de kitesurf, banho de mar, e a presença de pescadores

de outras áreas. Essa análise evidencia a necessidade de mediação entre os diferentes usos do litoral, voltadas à sustentabilidade e à preservação das atividades tradicionais. Isso reforça a necessidade de um planejamento embasado nos princípios norteadores do PEM que já vem amplamente sendo apresentado e debatido no decorrer da presente pesquisa.

Quadro 2. Nota atribuída aos conflitos no litoral de São Gonçalo do Amarante.

Atividade	Motivo do conflito	Pontuação atribuída e sua justificativa
<i>Atividade portuária</i>	Restrição da área de pesca	5 pontos - porto instalado em área de maior concentração de peixes.
<i>Tráfego de navios</i>	Restrição da área de pesca	4 pontos - por vezes as áreas restritas estão justamente em locais com maior presença e riqueza de espécies.
<i>Pesca industrial</i>	Disputa por espécies	3 pontos - por possuir equipamentos e melhores condições de acesso ao espaço do mar; possuem navios de grande porte; redes potentes e alto investimento em tecnologia.
<i>Parques eólicos offshore</i>	Restrição da área de pesca -	3 pontos – projetos elaborados preveem o impedimento do trânsito das jangadas em suas proximidades.
<i>Banho de mar</i>	Afugentamento das espécies	2 pontos – a intensa movimentação de pessoas acaba afugentando as espécies, bem como atrapalham o trânsito das jangadas.
<i>Atividades de kitesurf</i>	Afugentamento das espécies	1 ponto – pouco conflituoso, contudo, a prática da atividade espanta os peixes.
<i>Pescador de outras áreas</i>	Disputa por espécies	1 ponto - pescadores de municípios vizinhos vem pescar na área local.

Os mapas colaborativos permitem transmitir mais detalhes acerca dos usos pela pesca artesanal marinha, pois ela combina conhecimento tradicional e científico, promovendo a gestão sustentável dos recursos marinhos e bem-estar das comunidades costeiras. Esses mapas precisam ser considerados como uma ferramenta valiosa de compreensão e resolução dos conflitos entre a pesca artesanal e as atividades portuárias, pois promovem a coexistência sustentável e a gestão eficaz dos recursos marinhos.

A pesca artesanal entra em conflito direto

com a pesca industrial, os projetos que vêm sendo elaborados com as eólicas *offshore*; com as atividades de *kitesurf* e com os pescadores de outras áreas que por vezes insistem em pescar nas redondezas, gerando ainda mais disputa por pescado. Os conflitos apontados resultam diretamente da atividade pesqueira artesanal com a pesca industrial, com os praticantes de *kitesurf* e dos pescadores locais com os de municípios vizinhos; e existem ainda os conflitos potenciais por possíveis projetos que se encontram em elaboração das eólicas offshore.

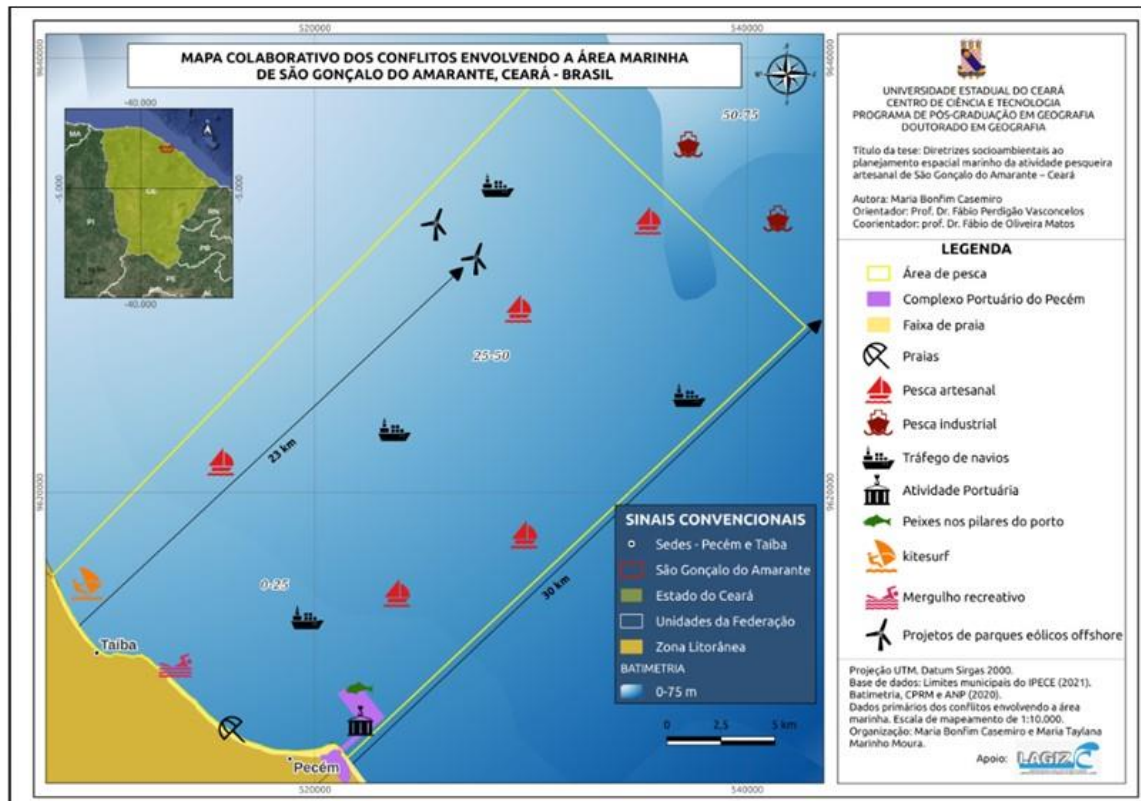


Figura 8. Mapa colaborativo dos conflitos em São Gonçalo do Amarante.

A atividade pesqueira artesanal entra em conflitos ainda com as instalações de energia eólica *offshore* (no mar), podem surgir devido à competição pelo uso do espaço marítimo e aos possíveis impactos das turbinas eólicas nas atividades de pesca. Alguns pontos de conflito incluem: a competição pelo espaço-as áreas adequadas para a instalação de parques eólicos *offshore* podem coincidir com áreas de pesca tradicional. Isso acaba limitando as oportunidades de pesca ou forçando o pescador a se afastar de suas áreas tradicionais. A dificuldade de acesso às áreas de pesca devido a construção e manutenção do parque eólico pode restringir temporariamente o acesso dos pescadores a certas áreas, prejudicando seus meios de subsistência.

As eólicas offshore causam poluição sonora quando da instalação e operação de suas turbinas eólicas, as quais podem gerar ruídos que podem afetar os comportamentos de migração e reprodução de peixes, e por consequência, a disponibilidade de peixes e outras espécies prejudicando as áreas de pesca. Afetam a navegação e segurança, pois as embarcações de pesca podem enfrentar dificuldades de navegação em torno das estruturas eólicas

offshore.

A figura 8 apresenta o mapeamento dos conflitos da área de pesca, respeitou-se um limite aproximado de 30 km, considerando que esse é o limite máximo que se consegue adentrar o mar. Isso pode resultar em preocupações de segurança.

Os conflitos ambientais vivenciados pelos pescadores artesanais estão relacionados à resistência ao processo de expropriação do meio físico natural a que são submetidos, pois sem seus ambientes ecológicos não há como se manterem enquanto pescadores artesanais. Ou seja, temos a atividade portuária que privatiza o uso do espaço resultando em impedimento no tráfego dos barcos, prejudicando consequentemente, rotas e alterando o acesso às áreas de pesca, modificando os pontos fixos da atividade tradicionalmente utilizados por pescadores.

A disputa por espaço das atividades de kitesurf e a pesca artesanal se dá pelo uso compartilhado de áreas costeiras e marítimas. Dentre os principais pontos de conflito potenciais podem ser citados: a competição pelo espaço e a redução das áreas de pesca, pois as áreas costeiras onde os pescadores artesanais costumam pescar, também,

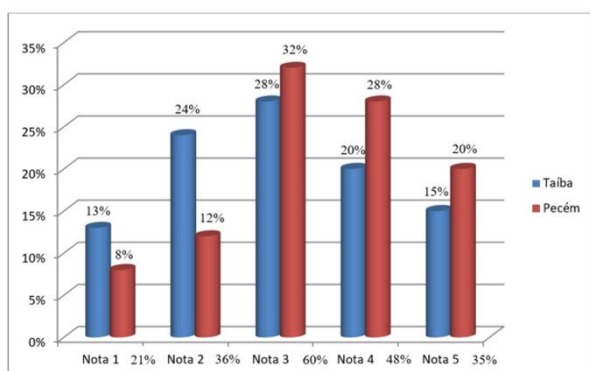


Figura 9. Percentual da nota ao papel do pescador na cobrança efetiva. Fonte: Autores, 2025.

Os dados de maneira geral apresentam um percentual parecido quando comparado as duas praias, contudo percebe-se que os entrevistados da Taiba atribuíram as notas mais baixas por considerarem que não costumam cobrar. Eles

citaram que “a realidade nossa é que vivemos por nós mesmo, cada um por si; saímos na fé para o mar; sem colete, sem boia, nada, sem nenhuma segurança; apenas a incerteza se voltaremos vivos, sempre com fé no ser superior, mas segurança, não há”, o entrevistado ao justificar a nota baixa atribuída – 1 - para esse quesito justificou que falta uma mobilização da associação no sentido de apoiar essa classe na cobrança dos seus direitos.

Já no Pecém, dentre as poucas participantes mulheres, uma ex-pescadora, hoje vinculada à gestão da colônia de pescadores atribuiu a maior nota - cinco - no tocante ao papel do pescador na cobrança de resolução dos conflitos. Ela justifica a nota excelente por considerar que o pescador da localidade cobra bastante, mesmo não obtendo retorno. As justificativas para cada uma das notas atribuídas em cada uma das praias encontram-se abaixo (Quadro 3).

Quadro 3. Justificativas das notas apontadas em cada uma das áreas.

Avaliação	Taiba	Pecém
Péssimo	“A colônia não contribui para organizar os pescadores.” “O pescador vive desmotivado, sem perspectiva de melhoria de vida, não cobra.”	“Os pescadores são muito desarticulados; não se juntam para cobrar os direitos; preferem esperar não sei o quê.” “Não cobra, prefere esperar um auxílio que possa vir do governo.”
Indiferente	“Nós somos reféns das dificuldades diárias.”	“Para alguns governantes, a pesca é vista como uma atividade insignificante, por que iriam olhar para a atividade?”
Bom	“O pescador é um profissional extremamente desvalorizado, mas apesar disso vive à espera e confia que dias melhores virão.”	“Apesar de sermos dia a dia massacrados e abandonados à própria sorte pelo poder público, nós resistimos e seguimos cobrando na medida do possível”.
Excelente	“O pescador cobra muito, contudo ele não recebe um retorno positivo, na maioria das vezes, nem retorno recebe”.	“Hoje o pescador não se assusta, vai em busca de conquistar seu espaço enquanto profissional e responsável por colocar alimentação na mesa de inúmeras famílias brasileiras”.

Essa fala contradiz o que foi dito pela maior parte dos colaboradores. Para eles o pescador vive acomodado, pois pensam que de nada adianta cobrar, dificilmente tem suas demandas atendidas. Portanto, percebe-se que falta na localidade o desenvolvimento de políticas públicas nas diversas instâncias de poder, como também, de um diálogo com a categoria, que apesar de fraca precisa de apoio e maior investimento dos gestores. Essas pessoas são indiferentes na cobrança pelos seus direitos pelo fato de sua invisibilidade aos olhos dos gestores públicos que preferem atender os interesses do grande capital, já que são estes os que elevam a arrecadação de impostos dos órgãos governamentais.

Diante do que foi apresentado, percebe-se que falta na localidade o desenvolvimento de políticas públicas nas diversas instâncias de poder, como também, de um diálogo com a categoria, que apesar de fraca precisa de apoio e maior investimento dos gestores. Essas pessoas são indiferentes na cobrança pelos seus direitos pelo fato de sua invisibilidade aos olhos dos gestores públicos que preferem atender os interesses do grande capital já que são estes os que elevam a arrecadação de impostos dos órgãos governamentais.

Nesse sentido, é urgente e necessário que os gestores públicos (federal, estadual ou municipal) invistam na categoria do pescador, dando total poder

aos seus secretários para ampliar a contribuição de seus diferentes órgãos competentes para o desenvolvimento de políticas públicas de incentivo, principalmente, de apoio à atividade pesqueira, e apoio ao pescador, profissional que vive à deriva, entregues à própria sorte.

Conclusões

A pesquisa realizada nas das praias do Pecém e da Taíba evidencia a complexa relação entre os interesses econômicos emergentes, revelando conflitos de uso no espaço marinho no litoral cearense entre atividades portuárias, pesca industrial, parques eólicos offshore, turismo e práticas tradicionais de pesca artesanal, historicamente enraizadas no modo de vida das comunidades locais.

No Pecém, observou-se conflitos socioespaciais em virtude da implantação do complexo portuário, resultante das restrições de acesso a áreas tradicionalmente utilizadas pela pesca artesanal. Essa dinâmica gerou impactos significativos na subsistência e na segurança dos pescadores, que veem seu território de pesca reduzido e ameaçado por atividades de grande porte e alta tecnologia, sobre as quais exercem pouco ou nenhum controle.

Na Taíba, embora o impacto direto da infraestrutura portuária seja menor, a sobreposição de usos no espaço marinho – especialmente com a pesca industrial, o tráfego de embarcações de grande porte e atividades turísticas como o kitesurf – tem igualmente comprometido a atividade pesqueira artesanal. A ausência de capacitação técnica, a precariedade de políticas públicas efetivas de apoio à pesca e os efeitos da poluição marinha agravam ainda mais esse cenário.

Outro fator emergente de pressão sobre a atividade pesqueira é representado pelos projetos de parques eólicos offshore, que, embora sejam promotores de energias renováveis, têm gerado preocupação entre os pescadores locais pela possibilidade de exclusão espacial e prejuízos ambientais. O avanço desses projetos sem o adequado mapeamento participativo e sem consulta prévia às comunidades tradicionais reforça a desigualdade na gestão do espaço marinho.

O mapeamento colaborativo dos conflitos demonstrou ser uma ferramenta eficaz para evidenciar as percepções locais e tornar visível a disputa por espaço entre atores com diferentes graus de poder político e econômico. Tais instrumentos permitem integrar o conhecimento tradicional à formulação de políticas públicas mais equitativas e sustentáveis, promovendo uma gestão costeira e

marinha baseada em justiça socioambiental.

A pesquisa revelou ainda uma percepção de ineficiência das instituições públicas na mediação dos conflitos; isso reforça a urgência da construção de mecanismos participativos a partir de uma escuta ativa das comunidades pesqueiras na formulação de um PEM; isso é fundamental para assegurar a sustentabilidade ecológica e a permanência das atividades pesqueiras tradicionais.

É preciso considerar o contexto de garantia da continuidade da pesca artesanal como meio de vida e da reafirmação de uma gestão ambiental pública, enquanto mediadora de conflitos entre atores que agem sobre os meios físico-natural e o construído com o objetivo de garantir o direito constitucional a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

A análise tornou evidente que o papel do pescador na cobrança pela resolução dos conflitos é fragilizado por diversos fatores, entre eles a ausência de políticas públicas efetivas, a falta de apoio institucional e a sensação generalizada de abandono. Embora existam casos pontuais de atuação mais ativa, como observado em alguns depoimentos no Pecém, a maioria dos pescadores se sente desamparada, invisível diante dos interesses econômicos predominantes no litoral de São Gonçalo do Amarante. Assim, é necessário fortalecer o protagonismo dos pescadores por meio de investimentos em formação política, apoio associativo e canais de diálogo permanente com o poder público.

Conclui-se, portanto, que os conflitos identificados na região estudada expressam, mais do que disputas pontuais por espaço, um embate estrutural entre diferentes modelos de desenvolvimento: de um lado, o modelo extrativista-industrial, centrado na exploração intensiva e na privatização dos bens comuns marinhos; de outro, o modo de vida tradicional, baseado na convivência respeitosa com os ciclos naturais e na apropriação coletiva dos recursos. A mediação eficaz desses conflitos requer, necessariamente, a adoção de abordagens interdisciplinares e participativas que valorizem os saberes locais e assegurem os direitos históricos das comunidades pesqueiras.

Referências

- Arruda, E. A., Matos, F. O., & Melo, J. B. de. (2023). Territórios ameaçados: pesca artesanal, saberes tradicionais e a política pesqueira no litoral cearense. *GEOgraphia*, 25(55). <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2023.v25i55.a54213>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/5>

4213. Acesso: 23 out. 2025.
- Brasil. Ministério da Agricultura e Aquicultura. (2023). Pesca no Brasil. Brasília, DF: MPA. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mpa/pesca/pesca-no-brasil>. Acesso em: 05 jul. 2024.
- Brasil. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. (2024). Mapas de projetos em licenciamento – Complexos Eólicos Offshore. Brasília: IBAMA, Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/laf/consultas/mapas-de-projetos-em-licenciamento-complexos-eolicos-offshore>. Acesso em: 01 mar. 2025.
- Carpenter-Kling, T., Truter, H., Lemahieu, A., Snow, B., Strand, M., Rivers, N., Nupnau, L., & Lombard, A. T. (2025). Scenario planning from the bottom up: supporting inclusive and ecosystem-based approaches to marine spatial planning. *npj Ocean Sustainability*, 4, Article 45. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s44183-025-00140-7>. Acesso: 25 out. 2025.
- Carneiro, L. S. (2022). Planejamento Espacial Marinho: o caminho para o crescimento econômico do Brasil. *Revista de Direito e Negócios Internacionais*, 2(1), 196-214. Disponível em: <https://mlawreview.emnuvens.com.br/mlaw/article/view/57/115>. Acesso em: 25 jul. 2024.
- Casemiro, M. B., Barra, O. A. O. L., Vasconcelos, F. P., & Matos, F. O. (2018). Análise do projeto orla marítima de Icapuí/Ce na perspectiva dos gestores locais e ambientalistas. *Caminhos de Geografia*, 19(66), 361–374. <https://doi.org/10.14393/RCG196625>.
- Corrêa, J. M. S., Rocha, M. S., Santos, A. A., Serrão, E. M., & Zacardi, D. M. (2018). Caracterização da pesca artesanal no Lago Juá, Santarém, Pará. *Agrogeoambiental*, 10(2). <http://dx.doi.org/10.18406/2316-1817v10n220181116>.
- Diegues, A. C. S. (2008). O mito moderno da natureza intocada. 5. ed. São Paulo: NUPAUB/USP.
- Ehler, C. (2013). Perspective: the present and future of marine spatial planning around the world. *Marine Ecosystems and Management*, 6(4), 4-5. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/284543050_Perspective_the_present_and_future_of_marine_spatial_planning_around_the_world. Acesso em: 24 abr. 2024.
- Food And Agriculture Organization. (2010). The state of world fisheries and aquaculture. Rome: FAO
- Fonteles-Filho A.A.; GUIMARÃES, M.S.S. , (2000). Diagnóstico da situação econômica da indústria lagosteira no estado do Ceará, *Arquivos de Ciências do Mar*, v. 33, p. 5-15Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/54445>. Acesso em: 26 jul. 2024.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). Censo. Brasília: IBGE.
- Instituto de Pesquisa e Estatística Econômica do Ceará. (2022). Perfil municipal. Fortaleza: IPECE. Disponível em: <http://ipecedata.ipece.ce.gov.br/ipece-data-web/module/perfil-municipal.xhtml>. Acesso em: 18 jan. 2023.
- Lefèvre, F., & Lefèvre, A. M. C. (2005). O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos). Caxias do Sul: EDUCS.
- Menezes, C. R., Delgado, J. F., Lima, L. S., Corrêa, T. R., Mello, S. L. M., & Fonseca, E. M. (2019). Diagnóstico da pesca artesanal na área de influência do porto do Mucuri, em Fortaleza (CE): subsídios à gestão pesqueira regional. *Sistema e Gestão*, 14(3), 279-290. Disponível em: <https://revistasg.emnuvens.com.br/sg/article/view/1586>. Acesso em: 20 mai. 2024.
- Minayo, M. C. de S. (2002). O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde (8ª ed.). São Paulo: Hucitec.
- Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. (2017). Diretrizes voluntárias para garantir a pesca de pequena escala sustentável no contexto da segurança alimentar e da erradicação da pobreza. Roma: FAO. Disponível em: <http://www.fao.org/3/i4356pt/I4356PT.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2024.
- Paula, C. Q. de. (2020). Conflitos por território na pesca artesanal brasileira. *Revista NERA*, 23(51), 180-204. Disponível em: <https://doi.org/10.47946/nera.v0i51.6453>. Acesso em: 30 maio 2025.
- Petrobrás. (2016). Projeto de monitoramento do desembarque pesqueiro regional da bacia do Ceará: resultados 2015. Natal: UO-RNCE.
- Portela, J. P., Freire, G. S. S., & Moraes, M. V. A. R. (2017). Análise do uso e ocupação do litoral de São Gonçalo do Amarante – Ceará – Brasil. *Revista Geografia do Nordeste*, 3(2). Disponível em: <http://www.periodicos.ufrn.br/revistadoregne>. Acesso em: 26 maio 2025.
- Rezaei, F. (2024). Soft vs. hard sustainability

- approach in marine spatial planning. *Water*, 16(10), 1382. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/w16101382>. Acesso: 25 out. 2025
- Reis-Filho, J. A. (2024). Navigating blue justice: policy gaps and conflicts in coastal small-scale fisheries. *Marine Policy*, 161, 105586. <https://doi.org/10.1016/j.oneear.2024.07.014>. Acesso: 15 dez. 2024.
- Singh, P., & Linnér, B.-O. (2025). Marine spatial planning and ocean governance in Small Island Developing States. *Regional Environmental Change*, 25, 91. <https://doi.org/10.1007/s10113-025-02412-x>. Acesso: 16 dez. 2024
- Soares, D., Marques, R. R., Lima, D. S., & Vale, I. B. (2018). Caracterização da pesca artesanal no município de Porto do Mangue, RN, Brasil. *Revista Brasileira de Engenharia de Pesca*, 11(2), 36-43. <https://doi.org/10.18817/repesca.v11i2.1627>. Acesso: 16 dez. 2024
- Souto, R. D. (2021). Planejamento Espacial Marinho, Gestão Costeira, Sustentabilidade e Participação. *Revista Costas, especial(2)*, 473-496. Disponível em: <https://rodin.uca.es/handle/10498/28360>. Acesso em: 20 jul. 2024.
- Stamoulis, K. A., & Delevaux, J. M. S. (2015). Data requirements and tools to operationalize marine spatial planning in the United States. *Ocean & Coastal Management*, 116, 214-223. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S096456911500201X>. Acesso em: 22 fev. 2024.
- Vale, S. D. P., & Costa, F. R. (2018). Aspectos socioeconômicos das associações da colônia de pescadores e aquicultores do município de Apodi – RN. *Holos*, 34(4). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/FH3ZBH3kPbKxDKrjwBgFHQD/>. Acesso em: 16 jan. 2024.
- Vasconcellos, M., Diegues, A. C. S., & Sales, R. R. (2005). Alguns aspectos relevantes relacionados à pesca artesanal costeira nacional. Porto Alegre: CEEMA/UFRGS. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/SEAPRelatorio.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2024
- Xavier, T., Gorayeb, A., & Brannstrom, C. (2020). Energia eólica offshore e pesca artesanal: impactos e desafios na costa oeste do Ceará, Brasil. In D. Muehe, F. M. Lins-de-Barros, & L. Pinheiro (Orgs.), *Geografia marinha: oceanos e costas na perspectiva de geógrafos* (pp. 608-630). Rio de Janeiro: PGGM. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/345726759_Energia_eolica_offshore_e_pesca_artesanal_i_mpectos_e_desafios_na_costa_oeste_do_Ceara_Brasil. Acesso em: 18 fev. 2023.